

DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS

2023

2022

Unimed Caruaru Cooperativa
de Trabalho Médico
Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2022 e 2023

Unimed
Caruaru

UNIMED CARUARU

COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Demonstrações Contábeis em
31 de dezembro de 2023 e 2022

CONTEÚDO:

- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)
- Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **2023**
2022

RELATÓRIO DA

ADMINISTRAÇÃO

Unimed
Caruaru

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O balanço patrimonial e as demais demonstrações contábeis, bem como notas explicativas e o relatório dos auditores independentes sobre às demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão disponibilizados pela Unimed Caruaru Cooperativa de Trabalho Médico, em meio eletrônico em seu site, conforme determina a legislação da ANS.

O mercado de saúde suplementar ainda sofre efeitos do ritmo lento de recuperação da economia nacional. A alta taxa de desempregados no país contribuiu para a redução do número de beneficiários de plano de saúde privados. Em 2023, nossa carteira teve uma queda de 0,4% em relação a 2022. O principal motivo das solicitações de cancelamento dos planos de saúde apontado pelos clientes é a falta de condições financeiras para manter o contrato, seja por desligamento da empresa contratante, seja pela perda do nível de renda individual. Em 2023 houve a suspensão das vendas dos planos de pessoa física, devido à grande dificuldade de gerenciamento deste tipo de produto, principalmente em relação aos reajustes anuais, bem como a regulamentação das rescisões de contratos inadimplentes. A carteira de clientes pessoa jurídica ultrapassou a proporção dos planos de pessoa física, perfazendo 51% do total de clientes ativos.

O Faturamento Bruto da Unimed Caruaru alcançou em 2023 R\$ 460.90 milhões, contra 418,80 em 2022, destes R\$ 353,48 foram de mensalidades. O aumento do faturamento foi de 9,73%. Já os Custos Assistenciais totalizaram R\$ 362,60 milhões, em 2022 foram R\$ 337,14 milhões, aumento de 7,6%. As Despesas Administrativas em R\$ 36,43 milhões, correspondendo a 8,7% das receitas de mensalidades. Em 2023 totalizaram R\$ 36,4 milhões. O Resultado Líquido da cooperativa alcançou R\$ 2,1 milhões. Dos quais serão destinados aos Fundos Obrigatórios os percentuais estatutários. Em 2022 foram R\$ 8,5 milhões negativos que foram absorvidos pela reserva especial de sobras constituída em dezembro para tal fim.



Em 2023, Unimed Caruaru continuou sua expansão de serviços próprios com intuito de oferecer melhores serviços aos clientes, inauguramos a Unidade de terapia renal no hospital Unimed Caruaru. Ofertando uma ampla e moderna estrutura, que proporcionará uma melhor experiência ao cliente.

A diretoria executiva e Conselho de Administração agradecem o compromisso, o apoio e a confiança dos cooperados, colaboradores e prestadores de serviços pela confiança e apoio que geraram os resultados. Aos nossos 70 mil clientes que nos confiaram a sua saúde, nosso muito obrigado!



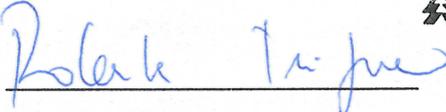
André Richard Soares Muniz
Diretor de Comercio e Mercado

 Unimed Caruaru
André Muniz
Diretor Comercio e Mercado



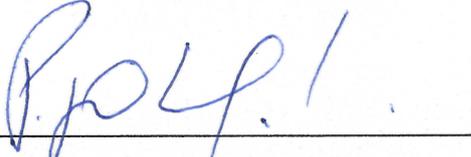
 Unimed Caruaru
Marcelo Rosendo
Diretor Administrativo e Financeiro

Marcelo Guerra de Albuquerque Rosendo
Diretor Administrativo Financeiro



Roberta de Oliveira Trigueiro
Diretora de Recursos Próprios

 Unimed Caruaru
Roberta Trigueiro
Diretora de Recursos Próprios



 Unimed Caruaru
Pedro Melo
Diretor Presidente

Pedro José de Oliveira Melo
Diretor Presidente



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **2023**
2022

**RELATÓRIO DO AUDITOR
INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Senhores Administradores da
UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – TAOEF – Termo de Assunção de Obrigações Econômico Financeiras

Em julho de 2019 foi celebrado junto à ANS, o “Termo de Assunção de Obrigações Econômico Financeiras” que define um cronograma de ações e procedimentos com vistas a suprir a anormalidades apontadas pelo órgão regulador.

A Unimed Caruaru equacionou as anormalidades econômicas – financeiras contidas no ofício de nº: 174/2019/ COAOP/ GEAOP/ GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

Em 27/12/2023 através do Ofício nº:105/2023/COPAEF/GEAES/GGAER/DIRAD-DIOPE/ DIOPE foram constatadas desconformidades contábeis não referidas no TAOEF que foram prontamente adequadas e respondidas a ANS. Na presente data a Unimed Caruaru permanece sob monitoramento da ANS com o objetivo de aferir “as correções” das desconformidades contábeis e econômico-financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências da auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive e eventuais deficiências significativas nos controles internos, caso tivessem sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 21 de março de 2024.

WALTER HEUER - WH AUDITORES INDEPENDENTES

CVM N° 8710 CRC - RJ 319/O S 8 MG

CNPJ N° 42.465.302/0002-66



LUIS ALBERTO NAVA SALAZAR

Responsável técnico
CONTADOR CRC - RJ - 034860/O

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **2023**
2022

DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS

Unimed
Caruaru

UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ - 24.449.225/0001-98

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(VALORES EM R\$ 1)

ATIVO		SALDO EM 31/12/2023	SALDO EM 31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE		131.033.726	130.651.855
Disponível		1.866.783	1.117.413
Realizável		129.166.943	129.534.442
Aplicações Financeiras	5	76.308.179	76.770.812
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		50.323.273	47.277.009
Aplicações Livres		25.984.906	29.493.803
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	17.071.022	24.161.194
Contraprestação Pecuniária a Receber / Prêmio a Receber		10.238.759	14.613.802
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis		1.458.610	766.300
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		5.373.653	8.781.092
Créditos de Oper. De Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	7	6.286.950	813.299
Despesas Diferidas		740.422	1.332.711
Créditos Tributários e Previdenciários	8	10.624.155	8.949.131
Bens e Títulos a Receber	9	18.018.679	17.201.631
Despesas Antecipadas		102.120	305.441
Conta Corrente com Cooperados	10	15.416	223
ATIVO NÃO CIRCULANTE		98.003.026	93.879.765
Realizável a Longo Prazo		4.297.578	2.538.792
Títulos e Créditos a Receber		3.883.938	2.529.207
Depósitos Judiciais e Fiscais		82.395	9.585
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		331.245	-
Investimentos	12	2.552.023	2.455.442
Participações Societárias Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial		2.552.023	2.455.442
Participações em Outras Sociedades		2.064.491	1.819.626
Participações Societárias pelo Método de Custo		487.533	635.816
Imobilizado	13	81.735.404	80.699.003
Imóveis de Uso Próprio		38.944.335	42.177.666
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		37.634.136	40.867.467
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		1.310.199	1.310.199
Imobilizado de Uso Próprio		28.298.585	24.886.645
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		18.152.625	15.357.487
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		10.145.960	9.529.158
Imobilizações em Curso		3.062.298	1.374.283
Outras Imobilizações		6.580.116	6.839.742
Direito de Uso Arrendamento		4.850.070	5.420.667
Intangível	14	9.418.020	8.186.528
TOTAL DO ATIVO		229.036.751	224.531.620

UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ - 24.449.225/0001-98

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EM R\$ 1)

PASSIVO		SALDO EM 31/12/2023	SALDO EM 31/12/2022
PASSIVO CIRCULANTE		128.673.877	124.390.092
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	15	56.917.694	60.864.796
Provisões de Prêmios / Contraprestações		16.723.728	22.230.839
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG		16.663.050	22.170.103
Provisão para Remissão		60.678	60.736
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		692.956	828.503
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		24.667.095	22.064.456
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		14.833.916	15.740.998
Outras Provisões Técnicas		-	-
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	16	2.840.179	5.175.700
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		659.602	581.134
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		2.180.577	4.594.566
Débitos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacion. com Planos Saúde da Operadora	17	3.053.705	893.081
Provisões	18	8.182.036	7.663.128
Provisão para IR e CSLL		8.182.036	7.663.128
Provisões para Ações Judiciais		-	-
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	19	8.355.899	5.986.977
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	20	16.457.049	15.757.529
Débitos Diversos	21	29.605.585	23.131.280
Conta Corrente de Cooperados	10	3.261.729	4.917.601
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		39.297.276	38.668.608
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	15	235.571	487.697
Provisões de Prêmios / Contraprestações		38.701	51.872
Provisão para Remissão		38.701	51.872
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		196.871	435.825
Provisões	22	2.297.469	1.679.434
Provisões Judiciais		2.297.469	1.679.434
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	19	5.851.837	5.250.911
Parcelamento de Tributos e Contribuições		5.851.837	5.250.911
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	20	26.307.510	26.158.823
Débitos Diversos		4.604.889	5.091.743
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		61.065.598	61.472.920
Capital Social		24.825.840	23.963.419
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-
Reservas		23.506.987	26.905.816
Reservas de Capital / Patrimoniais		9.253.955	9.349.939
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits		14.253.032	17.555.877
Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado		12.732.772	10.603.685
TOTAL DO PASSIVO		229.036.751	224.531.620

UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ - 24.449.225/0001-98

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DEZEMBRO
(VALORES EM R\$ 1)**

	Notas	SALDO EM 31/12/2023	SALDO EM 31/12/2022
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	24	413.441.560	371.263.462
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	2	416.633.017	372.633.447
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		416.619.788	372.609.730
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		13.228	23.717
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(3.191.456)	(1.369.985)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	25	(362.644.907)	(337.149.354)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	2	(363.584.595)	(337.004.381)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		939.688	(144.973)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		50.796.654	34.114.108
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde		14.193	25.139
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	26	31.770.353	34.154.310
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		31.387.049	33.728.188
Receitas com Operações de Assistência Odontológica		11.254	24.599
Outras Receitas Operacionais		372.050	401.523
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde	27	(1.453.603)	(1.027.172)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	28	(12.365.415)	(12.258.583)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(3.364.943)	(2.982.558)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(4.563.629)	(2.558.640)
Provisão para Perdas sobre o Crédito		(4.436.843)	(6.717.385)
Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde não Relac. c/Pl. de Saúde da OPS	29	(27.514.379)	(27.519.982)
RESULTADO BRUTO		41.247.802	27.487.820
Despesas de Comercialização		(3.074.298)	(2.054.455)
Despesas Administrativas	30	(36.435.485)	(33.774.894)
Resultado Financeiro Líquido		516.178	(487.656)
Receitas Financeiras	31	10.550.624	9.875.015
Despesas Financeiras		(10.034.445)	(10.362.671)
Resultado Patrimonial		405.174	306.787
Receitas Patrimoniais		409.975	306.787
Despesas Patrimoniais		(4.801)	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		2.659.371	(8.522.398)
Imposto de Renda		(380.439)	-
Contribuição Social		(138.469)	-
RESULTADO LÍQUIDO		2.140.463	(8.522.398)

UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
CNPJ - 24.449.225/0001-98
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EM R\$ 1)

	Capital Social		Reservas de Capital					Reservas de Sobre		Fundo de Reserva	Sobras ou Perdas Acum.	TOTAL
	Integralizado	Integralizar	Doação de Cooperados	Reserva Especial	Fundo Hospitalar	Margem de Solvência	Reserva de Resultados	Compensação de Perdas	Fates			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	26.252.569	(2.289.150)	14.980	6.190	9.300.866	(0)	17.554.025	27.903	1.852	(0)	10.603.685	61.472.921
Ajustes de Exercícios Anteriores												
Mudança de Critério Contábil												-
Perdas/ Sobras de Exercícios Anteriores												
Devolução de Sobras Anteriores											(182.665)	(182.665)
Pagamentos de Perdas Anteriores								(450)			481.032	480.582
Pagamentos de Perda 2021											11.327	11.327
Destinação da Sobre 2020												
Incorporação ao Capital	18.658.945											18.658.945
Reserva da Margem de Solvência												-
Perdas Acumuladas (anos anteriores)												-
Incorporação ao Capital												-
Transferência de Sobras 2020(demitidos) para Rese	(179.988)											(179.988)
Estorno de Incorporação ao Capital (mudança de cri	(17.329.117)											(17.329.117)
Aumentos de Capital												
Constituição da Reserva de Fundo Hospitalar					128.357							128.357
Por novos cooperados	122.537											122.537
Capital Integralizado	(234.126)	1.425.325										1.191.199
Capital à Integralizar		(554.037)										(554.037)
Devolução de Capital												
Demissão / Exclusão de Associados	(1.205.119)	158.000										(1.047.119)
Transferência para Reserva Especial												-
Movimentação de Reservas												
Constituição da Reserva de Fundo Hospitalar												-
Constituição da Reserva de Margem de Solvencia												-
Constituição de Fundo de Reserva										214.046		214.046
Constituição de Fundo de Reserva Especial				179.987								179.987
Constituição da Reserva de Resultados AGE 27/12/2022												-
Constituição do FATES									107.023			107.023
Devolução do Fundo Hospitalar					(403.879)							(403.879)
Devolução da Reserva Margem de Solvência												-
Devolução de Compensação de Perdas - Saída de Cooperados												-
Devolução de Reserva de Resultados AGE 27/12/2022 -Indevida							(3.622.062)					(3.622.062)
Utilização do Fates									(1.852)			(1.852)
Compensação do Fundo de Reserva nas Perdas do exercício												-
Transferência da Reserva da Margem de Solvencia												-
Sobra Líquida do Exercício											2.140.463	2.140.463
Proposta da Destinação da Sobre												
Fundo de Reserva											(214.046)	(214.046)
Fundo de Ass. Tecnica, Educacional e Social											(107.023)	(107.023)
												-
												-
												-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	26.085.702	(1.259.862)	14.980	186.177	9.025.344	(0)	13.931.963	27.453	107.023	214.046	12.732.772	61.065.598

UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
CNPJ - 24.449.225/0001-98
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EM R\$ 1)

	SALDO EM <u>31/12/2023</u>	SALDO EM <u>31/12/2022</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	335.950.846	298.078.730
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	127.513.470	159.982.598
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	1.163	719
(+) Outros Recebimentos Operacionais	65.442.633	55.165.533
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(140.464.109)	(127.530.286)
(-) Pagamento de Comissões	(516.776)	(1.560.095)
(-) Pagamento de Pessoal	(45.793.575)	(43.813.064)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(2.675.204)	(3.090.683)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(138.050.483)	(118.441.195)
(-) Pagamento de Tributos	(54.982.910)	(53.144.847)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(1.979.001)	(1.534.456)
(-) Pagamento de Aluguel	(2.307.501)	(2.219.336)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(554.590)	(707.674)
(-) Aplicações Financeiras	(122.390.007)	(144.970.598)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(12.499.663)	(13.205.772)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>6.694.292</u>	<u>3.009.574</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros	8.125	40.000
(+) Recebimento de Venda de Investimentos	202.917	-
(+) Recebimento de Dividendos	3.273	1.490
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	(401.683)	(28.197)
(-) Pagamento de Aquisição de Participação em Outras Empresas	(3.148)	(80.980)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(190.516)</u>	<u>(67.688)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	1.072.612	1.590.900
(+) Recebimento – Empréstimos/Financiamentos	18.030.000	20.772.487
(+) Títulos Descontados	-	-
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	416.402	3.294.771
(-) Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(2.492.392)	(1.824.634)
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(21.632.295)	(28.047.182)
(-) Pagamento de Participação nos Resultados	-	-
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(1.148.733)	(450.672)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(5.754.406)</u>	<u>(4.664.330)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	<u>749.370</u>	<u>(1.722.444)</u>
CAIXA SALDO INICIAL	<u>1.117.413</u>	<u>2.839.857</u>
CAIXA SALDO FINAL	<u>1.866.783</u>	<u>1.117.413</u>
Ativos Livres no Início do Período	<u>30.611.216</u>	<u>44.108.545</u>
Ativos Livres no Final do Período	<u>27.851.689</u>	<u>30.611.216</u>
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS – RECURSOS LIVRES	<u>(2.759.527)</u>	<u>(13.497.329)</u>

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **2023**
2022

NOTAS

EXPLICATIVAS

Unimed
Caruaru

UNIMED CARUARU – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023

(Em Reais)

1. Contexto operacional

A **Unimed Caruaru – Cooperativa de Trabalho Médico** é uma sociedade cooperativa, singular, e tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica para sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de sua atividade e aprimoramento do serviço de assistência médico-hospitalar. As atividades da Cooperativa são reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, estando registrada junto a esta última sob o nº 34.095-2.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela ANS, as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e observando-se a Lei das Cooperativas nº 5.764/71. O modelo de apresentação e o plano de contas seguem regulamentação da ANS. Eles evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, que estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis.

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração, de certas estimativas contábeis críticas e, também, o uso de julgamentos que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, dos custos e das despesas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

2.1. Disponível (Caixa e Equivalentes de caixa)

O disponível é constituído de numerários em caixa e depósitos bancários em conta corrente e poupança.

2.2. Ativos financeiros

2.2.1. Classificação

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros pelo valor justo por meio de resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria no caso de aquisição, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Esses ativos financeiros são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo e são incluídos como ativo circulante. Os empréstimos e recebíveis da Cooperativa compreendem “disponível” e “créditos de operações com planos de assistência à saúde relacionados ou não com planos de saúde da operadora”.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos e não classificados em nenhuma das categorias anteriores. A Cooperativa pode negociar seus ativos financeiros antes do vencimento em caso de não estarem vinculados a ativos garantidores.

2.2.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Cooperativa se compromete a comprar ou a vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, mensurados pelo valor justo, acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados no resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Cooperativa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos, financiamentos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Cooperativa opera basicamente títulos de liquidez imediata no grupo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo, que se aproximam de seu valor de mercado. As variações no valor justo de títulos classificados como disponíveis para venda são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como “receitas e despesas financeiras”. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras.

2.2.3. *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados por custo amortizado

A Cooperativa avalia no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Cooperativa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou do principal;
- (iii) probabilidade de que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou
- (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

A Cooperativa mensura o *impairment* com base na diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda por *impairment* conhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Cooperativa avalia no fim de cada exercício, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos aqui classificados, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se existir essa evidência para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo, medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado, será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre prestações de serviço.

As receitas com as contraprestações provenientes das operações de planos privados de assistência à saúde na modalidade de preço preestabelecido são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário – *pro-rata-die* – do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

As receitas correspondentes aos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fazem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais.

Conforme requerido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, os valores não apropriados de acordo com seus respectivos períodos de competência são registrados na rubrica “Provisão de Contraprestação Não Ganha – PCNG”, e posteriormente apropriados como receita de acordo com o critério *pro-rata-die*, conforme o adequado período de competência da cobertura do risco dos contratos.

2.4. Reconhecimento do custo

Os eventos indenizáveis contabilizados pela Cooperativa são apropriados ao custo, considerando-se a data da apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores, correspondente aos eventos ocorridos. Nos casos em que o fato gerador (atendimento ao beneficiário) da despesa ocorre sem o conhecimento da Cooperativa, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da provisão técnica denominada “Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)”.

2.5. Contraprestação pecuniária a receber

Referem-se aos valores a receber pela venda de contratos de planos de assistência à saúde, reconhecidos pelo valor justo, deduzida a provisão para perdas sobre créditos. Na prática são normalmente reconhecidos pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perdas sobre créditos, se necessário. Destacam-se nesse grupo:

- Prestabelecido: mensalidades do plano privado de assistência à saúde calculada e paga antes da utilização das coberturas contratadas.
- Pós-estabelecido: valor faturado de plano privado de assistência à saúde conforme as despesas de utilização das coberturas contratadas forem incorridas.

A provisão para créditos para liquidação duvidosa é constituída segundo os seguintes critérios:

- Planos individuais com preço preestabelecido – A totalidade do crédito desse tipo de plano, quando há pelo menos uma parcela do contrato vencida há mais de 60 dias;
- A totalidade do crédito dos demais planos, quando há pelo menos uma parcela do contrato vencida há mais de 90 dias.

A Administração da Cooperativa revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira.

2.6. Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora – Ativo Circulante

Referem-se principalmente aos valores a receber e a faturar de operações de assistência à saúde prestada a outras Unimed. Destacam-se nessa modalidade os Intercâmbios, que tratam de atendimentos eventuais por uma operadora (Cessionária) a um beneficiário do plano de saúde de outra operadora (Cedente). Nesse caso, a Cedente deve considerar o atendimento como de um prestador de serviço conveniado e reconhecê-lo como evento. Já a Cessionária está funcionando como simples prestadora de serviço (apesar de ser operadora) e tratará a operação de prestação de serviços não relacionados com seus planos de saúde, inclusive, segregando os valores do atendimento e de qualquer adicional cobrado pelo serviço prestado.

Registram-se ainda nesse grupo outros créditos operacionais de prestação de serviços médico-hospitalares (convênios e particulares) reconhecidos pelo valor justo, deduzida a provisão para perdas sobre créditos. Na prática são normalmente reconhecidos pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perda sobre créditos, se necessário.

2.7. Bens e títulos a receber

Os bens e títulos a receber estão formados, principalmente, por estoques, cheques, adiantamentos e outras contas a receber de operadoras de cartões de créditos.

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição e não excede ao custo de reposição ou valores líquidos de realização.

Os cheques, adiantamentos e outras contas a receber de operadoras de cartões de créditos são demonstrados por seus valores líquidos de realização, reconhecendo-se as eventuais perdas estimadas apresentadas como contas redutoras.

2.8. Depósitos judiciais e fiscais

Estão representados por depósitos que amparam discussões judiciais envolvendo causas trabalhistas e cíveis.

2.9. Investimentos – Ativo Não Circulante

Consistem, em sua maioria, em quotas de sociedades congêneres e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando necessário.

2.10. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício) e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos

de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Resultado Patrimonial” na demonstração do resultado.

2.11. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.12. Empréstimos e financiamentos a pagar

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.13. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.14. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas, classificadas no passivo, têm como objetivo refletir as obrigações futuras esperadas decorrentes da operação de planos privados de assistência à saúde, adequando-as aos princípios contábeis. Estas provisões refletem tanto a perspectiva de gastos futuros incertos quanto à sua ocorrência e valor. O fato gerador é um fato passado que gera a concessão de um benefício previsto contratualmente. A concessão do benefício, entretanto, não implica na ocorrência de um gasto com assistência à saúde. Assim, as referidas provisões são registradas em função dos gastos esperados com assistência à saúde. São contabilizadas tendo como base de cálculo as formulações e regras explicitadas em normativos ou, quando estes facultarem, Nota Técnica Atuarial aprovada previamente pela ANS. O registro se dá em obediência ao Princípio de Competência, lastreadas, obrigatoriamente, por ativos garantidores estabelecidos nos moldes da legislação vigente.

A Cooperativa possui as seguintes provisões:

(a) Provisão de contraprestação não ganha – PCNG

A provisão de contraprestação não ganha (PCNG), regulamentada pela ANS, compreende a apropriação das contraprestações e dos prêmios em preço preestabelecido pelo valor correspondente ao rateio diário — *pro-rata-die* — do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

O cálculo da PCNG deve apurar a parcela de prêmios não ganhos relativos ao período de cobertura do risco.

(b) Provisão para remissão

A ANS obriga a constituição de provisão para remissão, que é utilizada para assegurar aos dependentes do titular falecido a garantia do atendimento à saúde prevista contratualmente. A metodologia é definida em Nota Técnica Atuarial – NTA, aprovada pela ANS, considerando a expectativa de vida e o período de cobertura de cada beneficiário em gozo.

Por meio desse benefício os usuários em gozo ficam isentos de pagamento da contraprestação pecuniária pelo período de cinco anos.

Essa provisão tem por objetivo constituir, de forma suficiente, a garantia à assistência a saúde dada durante todo o prazo restante do benefício. A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

(c) Provisão de eventos a liquidar para SUS

Os eventos a liquidar para SUS referem-se aos valores cobrados das operadoras de planos privados de assistência à saúde pela ANS relativos aos atendimentos previstos nos contratos com os beneficiários da operadora que tenham sido efetuados na rede pública integrante do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com a ANS, essa provisão deve ser lastreada por ativos garantidores.

(d) Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais

Os eventos a liquidar são registrados pelo valor integral cobrado na data do primeiro conhecimento pela operadora. Com base em normativos da ANS, é adotado como prática pela Cooperativa que o registro contábil das Provisões de Eventos a Liquidar deverá ser realizado pelo seu valor integral cobrado pelo prestador, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de transmissão, direta ou indireta, que evidencie a realização do procedimento assistencial do beneficiário.

A provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores, sendo obrigatória a vinculação para eventos que tenham sido avisados há mais de 30 dias para a operadora.

São reconhecidos pelo valor justo, o que, na prática, corresponde ao valor das contas médico-hospitalares.

(e) Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

Constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à operadora de planos de assistência à saúde. A ANS estabelece que o cálculo da PEONA deva ser efetuado por meio de metodologia desenvolvida por atuário, consubstanciada por Nota Técnica Atuarial de Provisão – NTAP, a qual deverá ser encaminhada para análise e aprovação da ANS.

A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras garantidoras.

2.15. Fornecedores – Débitos diversos – Passivo Circulante

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e desde que possa ser feita a estimativa confiável do valor.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

2.17. Provisões para ações judiciais – Passivo Não Circulante

Representadas por provisões para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias. Constituídas conforme parecer dos Assessores Jurídicos da Cooperativa.

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões judiciais são constituídas quando há uma obrigação legal ou tácita resultante de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorpore benefícios econômicos para liquidá-la e possa ser feita uma estimativa confiável do montante envolvido. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis.

2.18. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são reconhecidos sobre o montante registrado relativo à reserva de reavaliação, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e que as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados a alíquotas de impostos de acordo com a legislação fiscal, que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados

A Cooperativa utiliza, para os bens objeto de avaliação patrimonial, as taxas de depreciação calculadas em função do tempo de vida útil remanescente destes bens. Para os demais itens do ativo imobilizado utilizam-se as taxas estabelecidas pelo Fisco para o cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado.

Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

A Cooperativa utiliza metodologia atuarial própria, devidamente consubstanciada por uma Nota Técnica Atuarial – NTA aprovada pela ANS para o cálculo da PEONA. O critério de cálculo utilizado baseia-se no percentual médio ponderado obtido por meio da construção do “Triângulo de *Run-off*”, relativo aos valores não avisados, segundo o mês de ocorrência do evento e registrado de acordo com as normas da ANS.

A metodologia utilizada para cálculo da PEONA contém duas variáveis importantes: dias de atraso para registro contábil dos eventos e média de 12 meses do custo assistencial em contratos com preço preestabelecido.

Provisão para contratos onerosos

De acordo com o CPC 25, um contrato oneroso é “aquele em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo deste”. No caso de existir um contrato oneroso, será reconhecida a obrigação presente de acordo com o contrato, com a necessidade de ser reconhecida e mensurada como provisão. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato – dos dois, o menor.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Cooperativa.

A gestão de risco é realizada pela Gerência Financeira e aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. A Gerência Financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração estabelecem princípios para a gestão de riscos financeiros bem como para áreas específicas como risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimentos de excedentes de caixa.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde. A Gerência Financeira avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, sua experiência passada e outros fatores. As vendas para clientes são liquidadas por meio de boleto bancário.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Gerência Financeira. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, bem como das exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em papéis do mercado financeiro, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

(c) Risco de mercado

O risco de taxa de juros da Cooperativa decorre, principalmente, do seu volume de aplicações financeiras. Todas as movimentações relacionadas à taxa de juros impactam no resultado da Cooperativa.

A política da Cooperativa é de (a) garantir com aplicações financeiras as provisões técnicas exigidas pela agência reguladora, vinculando-as em favor da ANS nos termos dos normativos legais da referida agência reguladora, e (b) aplicar o excedente no mercado financeiro, buscando as melhores taxas de mercado nas instituições financeiras.

4.2. Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital é salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Cooperativa pode rever a forma de distribuição de sobras do exercício ou aumentar as quotas de participação deles na Cooperativa.

A Cooperativa monitora o capital com base no indicador da margem de solvência, regra financeira prudencial com foco na capitalização das operadoras de saúde, que consiste em uma garantia adicional às provisões técnicas, regulamentada por normativos da ANS. A margem de solvência corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos para cobrir o maior montante entre os seguintes valores: 20% das contraprestações líquidas dos últimos 12 meses ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses.

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de créditos de operações com planos de assistência à saúde e eventos a liquidar com operações de assistência à saúde pelo valor contábil, menos provisão para perdas sobre créditos estejam próximos de seus valores justos.

5. Aplicações Financeiras

DESCRIÇÃO	2023	2022
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		
Fundo de Renda Fixa	50.323.273	47.277.009
	50.323.273	47.277.009
Aplicações Livres		
Fundo de Renda Fixa	25.950.555	29.489.214
Certificado de Depósito Bancário - CDB	34.351	4.589
	25.984.906	29.493.803
TOTAL	76.308.179	76.770.812

6. Contraprestação Pecuniária a Receber

DESCRIÇÃO	2023	2022
Planos Individuais/ Familiares - Mensalidades (Pessoa Física)	17.125.645	15.833.943
Planos Coletivos - Faturas (Pessoa Jurídica)	7.687.814	10.052.718
Planos Odontológicos (Pessoa Física e Jurídica)	-	-
	24.813.459	25.886.662
Provisão para Perdas sobre Créditos (*)	(14.574.890)	(11.272.860)
TOTAL	10.238.569	14.613.802

(*) A Administração da Cooperativa não espera perdas relevantes em montante acima do valor provisionado.

A Cooperativa emite carnês mensalmente com vencimentos nos dias 5, 10, 15, 20, 25 e 30, adotando como prática o registro dos ativos no mês de emissão dos carnês. Os créditos de operações com plano de assistência à saúde não possuem caráter de financiamento e estão avaliadas e registradas inicialmente pelo valor justo.

O saldo a receber por data de vencimento (“aging list”) está demonstrado da seguinte forma:

2023	Individuais / Familiars - Mensalidades (Pessoa Física)	Planos Coletivos - Faturas (Pessoa Jurídica)	Planos Odontológicos Individuais (Pessoa Física)	Total
	Preço Preestabelecido	Preço Preestabelecido	Preço Preestabelecido	
A Vencer	2.506.027,14	1.215.059	-	3.721.087
Vencidos				
Até 30 Dias	2.061.774,23	1.339.688	-	3.401.462
De 31 a 60 Dias	630.145	1.452.047	-	2.082.192
De 61 a 90 Dias	760.007	273.821	-	1.033.828
Acima de 90 Dias	11.167.692	3.407.199	-	14.574.891
	17.125.645	7.687.814	-	24.813.459
para Perdas sobre Créditos	(11.167.692)	(3.407.199)	-	(14.574.891)
	<u>5.957.953</u>	<u>4.280.615</u>	<u>-</u>	<u>10.238.568</u>

2022	Planos Individuais / Familiars -Mensalidades (Pessoa Física)	Planos Coletivos - Faturas (Pessoa Jurídica)	Planos Odontológicos Individuais (Pessoa Física)	Total
	Preço Preestabelecido	Preço Preestabelecido	Preço Preestabelecido	
A Vencer	5.052.174,72	4.521.674	-	9.573.849
Vencidos				
Até 30 Dias	4.037.484,44	2.403.020	-	6.440.505
De 31 a 60 Dias	1.108.815	539.729	-	1.648.545
De 61 a 90 Dias	676.622	270.566	-	947.189
Acima de 90 Dias	4.958.847	2.317.729	-	7.276.576
	15.833.943	10.052.719	-	25.886.662
Provisão para Perdas sobre Créditos	(8.567.147)	(2.705.713)	-	(11.272.860)
	<u>7.266.796</u>	<u>7.347.006</u>	<u>-</u>	<u>14.613.802</u>

7. Créditos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionada com Planos de Saúde da Operadora

Créditos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionada com Planos de Saúde da Operadora	2023	2022
Contas a Receber - Atendimento particular	891.321	726.707
Recebimento de Custo Operacional	339.204	346.250
Franquias a Receber	19.189	7.729
Convênios	1.271.254	115.176
Recebimentos Plano de Saúde - Cooperado/Colaborador/Dependentes	1.293.502	
Reembolso de Intercâmbio a Receber - Atendimento Eventual	3.993.555	763.046
	7.808.024	1.958.908
Provisão para Perdas sobre Créditos	(1.521.074)	(1.145.609)
TOTAL	6.286.950	813.299

A Administração da Cooperativa não espera perdas relevantes acerca dos valores não provisionados.

O saldo a receber por data de vencimento (“aging list”) está demonstrado da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2023	2022
A Vencer	2.765.594	600.748
Vencidos		187.446
Até 30 Dias	1.885.282	
De 31 a 60 Dias	1.332.317	142.944
De 61 a 90 Dias	303.756	230.668
Acima de 90 Dias	1.521.074	797.102
TOTAL	7.808.024	1.958.908

8. Créditos Tributários e Previdenciários

DESCRIÇÃO	2023	2022
Imposto de Renda a recuperar (i)	4.113.539	2.798.230
INSS a recuperar	158.843	158.843
Créditos a restituir - Lei 11.941/2009 (ii)	939.638	939.638
IRPJ estimativa a recuperar	3.202.186	3.198.669
CSLL estimativa a recuperar	1.154.728	1.145.416
Outros impostos a recuperar	1.055.221	708.334
TOTAL	10.624.155	8.949.131

(i) Refere-se a IR retido na fonte sobre faturas emitidas e sobre resgates de aplicações financeiras.

(ii) Créditos oriundos de pagamentos de parte do parcelamento da Lei 11.941/09, não reconhecidos pela Receita Federal do Brasil – RFB quando da consolidação dos seus débitos tributários federais. A Cooperativa está estudando a operacionalização junto a Receita Federal do Brasil – RFB sobre a melhor forma de utilizar este valor em compensações futuras dos referidos débitos por esta autarquia.

9. Bens e títulos a receber

DESCRIÇÃO	2023	2022
Estoques	7.385.936	6.771.696
Farmácia	6.489.034	6.194.052
Nutrição	185.758	80.589
Almoxarifado	711.144	497.055
Cheques	190.265	186.765
Cheques Devolvidos a Receber	190.265	186.765
Adiantamentos	6.495.997	5.368.980
Adiantamentos a Funcionários	373.925	332.325
Adiantamentos a Fornecedores	2.325.168	737.410
Outros Adiantamentos	3.796.903	4.299.245
Outras Contas a Receber	4.131.926	5.057.134
Aluguéis (i)	45.225	45.225
Débitos Indevidos/Cartão de Crédito	4.086.497	5.011.909
Outros créditos ou bens a receber	204	-
Outros	321	321
Notas Promissórias	321	321
	18.204.444	17.384.896
Provisão para Perdas sobre Créditos (ii)	(185.765)	(183.265)
	(185.765)	(183.265)
TOTAL	18.018.679	17.201.631

(i) Refere-se a valores a receber decorrentes de negociação realizada envolvendo contrato de aluguel em atraso. Valor de R\$ 51.300,00 dividido em 76 parcelas.

(ii) Constituída sobre os “cheques devolvidos a receber” vencidos acima de 90 dias. A Administração da Cooperativa não espera perdas relevantes acerca dos valores não provisionados.

10. Conta-Corrente com cooperados – Ativo Circulante / Conta-Corrente de Cooperados – Passivo Circulante

	2023	2022
<u>Ativo circulante</u>		
Créditos a Receber de Cooperados	15.416	223
<u>Passivo circulante</u>		
Capital Social a Restituir a Cooperados	3.261.729	4.917.601

11. Títulos e Créditos a Receber – Ativo Não Circulante

Refere-se a bloqueios judiciais.

12. Investimentos

DESCRIÇÃO	2023	2022
Participações em Instituições Reguladas (SUSEP, BACEN, PREVIC) MEP Unimed Seguradora S/A	162.890	139.772
	162.890	139.772
Participações em Instituições Não Reguladas MEP Unimed Participação S/A	1.901.601	1.679.854
	1.901.601	1.679.854
Participações Societárias - Operadora de Planos de Assistência à Saúde MC Unimed Norte-Nordeste	8.698	8.698
Federação Equatorial	10.000	10.000
Central Nacional Unimed	349.288	322.510
	367.985	341.208
Participações em Instituições Reguladas (SUSEP, BACEN, PREVIC) MC SICREDI Caruaru - 36-1	18.713	156.117
SICREDI Caruaru - 2318-3 (23205)	9.616	55.659
UNICREDI - 960038-8	1.240	720
UNICREDI Ponto Capital - 3220-04	87.905	82.112
Unicred do Estado de São Paulo	2.073	
	119.547	294.608
TOTAL	2.552.023	2.455.442

13. Imobilizado

	Imóveis de Uso Próprio		Imobilizado de Uso Próprio - Hospitalares				Imobilizado de Uso Próprio - Não Hospitalares				Imobilizações em Curso - Hospitalares		Imobilizações em Curso - Não Hospitalares	Outras Imobilizações - Não Hospitalares	Direito de Uso de Arrendamentos - Não Hospitalares	Total				
	Terrenos	Edificações	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Informática	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Informática	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizado em Andamento		Outras Imobilizações	Imobilizado em Andamento	Benefícios em Imóveis de Terceiros	Direito de Uso de Arrendamento - Imóveis
Taxa de depreciação	-	2%	-	2%	10%	10%	20%	10%	20%	10%	10%	20%	10%	20%	-	-	-	10%	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.937.372	2.019.529	20.000	1.290.199	1.070.141	9.893.684	68.872	3.615.898	267.922	685.302	1.696.006	3.108.181	3.468.770	63.258	28.170.187	252.827	279.827	6.556.085	-	66.464.059
Adições	-	7.438.495	-	-	38.306	1.404.170	10.575	447.232	33.350	53.733	208.966	539.847	590.843	-	1.929.139	-	-	997.374	5.991.263	19.683.292
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	(118.200)	-	-	-	(1.413)	-	(170)	-	-	(27)	-	(119.810)
Transferências	-	29.257.527	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.257.527)	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(1.785.456)	-	-	(26.091)	(1.302.808)	(9.256)	(110.752)	74.445	(34.722)	(122.741)	(487.700)	(226.085)	(13.085)	-	-	-	(713.691)	(570.597)	(4.757.942)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.937.372	36.930.095	20.000	1.290.199	1.082.356	9.995.045	70.191	3.952.378	257.517	704.313	1.782.231	3.160.328	3.832.116	50.172	841.629	252.827	279.827	6.839.741	5.420.667	80.699.002
Adições	-	-	-	-	36.297	2.726.462	63.510	1.191.189	-	18.239	266.381	868.575	449.097	57.000	2.563.379	-	-	459.083	-	8.699.211
Baixas	-	-	-	-	-	(189.848)	(5.379)	(1.519)	-	-	(6.856)	(35.076)	(14.748)	(57.000)	(875.364)	-	-	(4.836)	-	(1.190.626)
Transferências	-	-	-	-	8.654	5.243	-	-	-	-	(13.896)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(3.233.331)	-	-	(68.404)	(791.891)	(11.778)	(164.898)	(2.499)	(29.765)	(140.045)	(485.142)	(248.238)	(11.723)	-	-	-	(713.872)	(570.597)	(6.472.184)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.937.372	33.696.764	20.000	1.290.199	1.058.903	11.745.011	116.544	4.977.149	255.018	692.786	1.887.815	3.508.685	4.018.226	38.449	2.529.644	252.827	279.827	6.580.115	4.850.070	81.735.404

14. Intangível

	2023	2022
<i>Software</i>	11.480.147	9.819.280
Aquisição de carteira de clientes (i)	8.000.000	8.000.000
	19.480.147	17.819.280
(-) Amortização acumulada	(10.062.126)	(9.632.752)
	<u>9.418.020</u>	<u>8.186.528</u>

- (i) O saldo refere-se à aquisição pela Unimed Caruaru da carteira de clientes anteriormente administrada pela Unimed Agreste Meridional, que conta com aproximadamente 17.000 beneficiários de planos individuais e coletivos. A referida aquisição foi devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, por meio do Ofício nº 2011/2017/GGREP/DIRAD-DIPRO/DIPRO, em 14 de dezembro de 2017 e conforme previsto na RN 112/2005. O saldo é amortizado de acordo com a vida útil econômica estimada pela Administração da Unimed Caruaru, em 5 anos, conforme permitido pela ANS. A efetiva transferência da carteira ocorreu em 2 de outubro de 2017. O valor total da operação foi de R\$ 8.000.000,00.

15. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde – Passivo Circulante e Não Circulante

DESCRIÇÃO	2023	2022
Provisões de Contraprestações		
Provisão de Contraprestação Não Ganha - PCNG		
Mensalidades Pessoa Física - PCNG	9.611.910	13.075.818
Faturas Pessoa Jurídica - PCNG	7.051.140	9.094.285
Provisão para Remissão	60.678	60.736
Provisão de Eventos a Liquidar		
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS	692.956	828.503
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	24.667.095	22.064.456
Rede Contratada	12.253.732	10.778.018
Hospitais Credenciados	1.905.438	1.739.776
Prestadores de Serviços	(258.649)	8.661
Clínicas Credenciadas	9.872.217	8.209.518
Laboratórios Credenciados	734.727	820.063
Produção de Cooperados	12.194.543	9.993.315
Intercâmbio	90.649	1.088.767
Reembolso	128.170	204.357
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	14.833.916	15.740.998
	56.917.694	60.864.796
Não Circulante		
Provisão para Remissão	38.701	51.872
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS	196.871	435.825
TOTAL	235.571	487.697

16. Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios

	2023	2022
Receita Antecipada de Contraprestações		
Planos Individuais / Familiares - Mensalidade (Pessoa Física)	220.696	167.047
Planos Coletivos - Faturas (Pessoa Jurídica)	438.906	414.087
	659.602	581.134

17. Débitos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora

	2023	2022
Intercâmbio a pagar	2.880.757	668.330
Custo operacional a pagar	115.359	118.146
Custo operacional a pagar - Credenciados	57.589	106.604
	3.053.705	893.081

18. Provisão para IR e CSLL

	2023	2022
IRPJ a Recolher	5.998.600	5.618.161
CSLL a recolher	2.183.436	2.044.967
	8.182.036	7.663.128

19. Tributos e Encargos Sociais a Recolher – Passivo Circulante e Não Circulante

DESCRIÇÃO	2023	2022
INSS a Recolher	3.030.109	1.689.636
INSS Retido a Recolher	67.070	69.655
FGTS a Recolher	448.845	410.986
IRRF sobre Assalariados a Recolher	568.135	462.843
IRRF sobre Não Assalariados a Recolher	1.830.100	1.548.418
ISS sobre Faturamento a Recolher	46.276	32.313
ISS Retido de Terceiros a Recolher	44.559	188.208
PIS/ COFINS/ CSLL a Recolher	225.227	198.895
Parcelamento PERT - Débitos Previdenciários - PGFN (a)	237.939	254.790
Parcelamento PERT - Demais Débitos - PGFN (b)	67.590	78.030
Parcelamento PERT - Demais Débitos - RFB (c)	4.378.343	4.670.620
Parcelamento INSS PGFN (Nelson Williams) (d)	1.069.491	1.178.100
Parcelamento Cofins (e)	1.484.618	
Outros Impostos a Recolher	709.434	455.396
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-
	14.207.736	11.237.888
Circulante	8.355.899	5.986.977
Não Circulante	5.851.837	5.250.911

- (a) Refere-se à migração do parcelamento da Lei 12.996/14 para o PERT – Débitos Previdenciários, dividido em 140 parcelas, que são atualizadas, mensalmente, pela taxa SELIC. A homologação pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN ocorreu em 4 de junho de 2018, com previsão para liquidação até janeiro de 2030.
- (b) Refere-se ao parcelamento de débitos de PIS e COFINS, dividido em 122 parcelas, que são atualizadas, mensalmente, pela taxa SELIC. A homologação pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN ocorreu em 29 de setembro de 2017, com previsão para liquidação até novembro de 2027.
- (c) Refere-se à migração do parcelamento da Lei 12.996/14 para o PERT – Demais débitos, dividido em 145 parcelas, que são atualizadas, mensalmente, pela taxa SELIC. A homologação pela Receita Federal do Brasil – RFB ocorreu em 31 de agosto de 2017, com previsão para liquidação até abril de 2029.
- (d) Refere-se ao parcelamento de débitos previdenciários, dividido em 60 parcelas, que são atualizadas, mensalmente, pela taxa SELIC. A homologação pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN ocorreu em 15 de Maio de 2022, com previsão para liquidação até 30 de abril de 2027.
- (e) Refere-se ao parcelamento débitos COFINS, dividido em 60 parcelas, que são atualizadas, mensalmente, pela taxa SELIC. A homologação pela Receita Federal do Brasil – RFB ocorreu em 28 de Setembro de 2023, com previsão para liquidação até 28 de Setembro de 2028.

20. Empréstimos e Financiamentos a Pagar

(a) Composição dos saldos – Circulante e não circulante

	Encargos Financeiros	2023	2022
Em Moeda Nacional			
Conta Garantida			
Banco Safra	1,13% a.m.	20.954.852	32.519.455
Banco Itaú	1,94 % a.m.	980.000	
Capital de Giro			
Banco Bradesco	CDI+0,25% a.m.		1.031.998
Banco Itaú	1,059% a.m.	8.223.455	-
Banco Santander	DI - CETIP 100%+0,31% a.m	9.019.146	3.401.451
Banco Safra	1,20% a.m	3.050.000	
Banco do Brasil	CDI+0,16% a.m.	5.313.228	8.849.845
XP Investimentos	DI -CETIP OVER 100%	3.146.400	3.420.000
Financiamento			
Leasing			
Unicred Ponto Capital	CDI+0,39% a.m.	1.432.139	1.685.501
Juros a apropriar		(9.354.661)	(8.991.898)
		<u>42.764.559</u>	<u>41.916.353</u>
Circulante		16.457.049	15.757.529
Não Circulante		26.307.510	26.158.824

(b) Vencimento dos contratos classificados no passivo não circulante

Ano	2023	2022
2024	-	10.912.182
2025	7.993.048	15.246.642
2026 e seguintes	<u>18.314.462</u>	
	<u>26.307.510</u>	<u>26.158.824</u>

(c) Garantias

Os empréstimos estão garantidos pelas aplicações não-vinculadas a ANS e os financiamentos estão garantidos pelos respectivos equipamentos adquiridos.

(d) Objetivos

Os empréstimos e financiamentos têm por objetivo o fornecimento de capital de giro e a ampliação e melhoria das instalações da Unimed Caruaru.

21. Débitos diversos

	2023	2022
Salários e Honorários a Pagar	2.913.292	2.824.580
Provisão para Férias e Encargos a Pagar	5.784.792	5.582.273
Fornecedores	16.596.236	11.628.187
Passivos de Arrendamento	486.853	461.691
Outras Contas a Pagar (i)	3.824.411	2.634.550
	<u>29.605.585</u>	<u>23.131.280</u>

(i) Refere-se a adiantamentos de clientes, reembolso a usuários, planos de saúde de cooperados, entre outros.

22. Provisões para ações judiciais

(a) Perdas prováveis, provisionadas no balanço

A Cooperativa é parte envolvida em processos de natureza cível, tributário e trabalhista e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

A Cooperativa estima os seguintes desembolsos prováveis de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022 referente a causas de natureza cível e tributária:

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Cooperativa tem ações de naturezas cíveis, tributária e trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, demonstradas a seguir:

	2023	2022
Tributárias		
Cíveis	3.716.239	9.176.109
Trabalhistas		208.274
	<u>3.716.239</u>	<u>9.384.382</u>

23. Patrimônio líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 24.825.840 (R\$ 23.963.419 em 2022) e está representado por 424 cooperados (484 em 2022), é ilimitado quanto ao máximo, variando conforme o número de quotas-partes subscritas, não podendo, entretanto, ser inferior a 2.000 vezes o valor de uma quota-parte. A quota-parte é indivisível, intransferível a não cooperados e não pode ser negociada de nenhum modo nem dada em garantia. Todavia, depois de integralizadas, poderão ser transferidas entre cooperados, mediante autorização da Assembleia Geral e o pagamento de uma taxa de 5% sobre seu valor, respeitando-se o limite de 1/3 do total do capital subscrito para cada associado.

(b) Reservas de lucro

Em caso de sobras do exercício, o estatuto social da Cooperativa prevê a seguinte destinação:

i) Fundo de Reserva – É constituído a razão de 10% das sobras apuradas no exercício. Destinado a reparar eventuais perdas de qualquer natureza que a Cooperativa venha a sofrer, sendo indivisível entre os associados, mesmo no caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, hipótese em que terá o destino que a Lei determinar, juntamente com o saldo remanescente não comprometido.

ii) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES – Indivisível entre os cooperados, é constituído a razão de 5% das sobras apuradas no exercício. Destina-se a prestar assistência aos cooperados e seus familiares, bem como programar atividades de incremento técnico e educacional dos cooperados e funcionários. No caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, terá o destino que a Lei determinar, juntamente com o saldo remanescente não comprometido.

As sobras líquidas, após as destinações, serão distribuídas aos cooperados na proporção das operações que houverem realizado com a Cooperativa, após a aprovação do balanço geral pela Assembleia Geral Ordinária, salvo decisão diversa desta. As perdas verificadas que não tenham cobertura no fundo de reservas, serão rateadas entre os cooperados, após aprovação do balanço geral pela Assembleia Geral Ordinária, na proporção das operações que houverem realizado com a Cooperativa.

(c) Reservas de capital

i) Reserva de Fundo Hospitalar – Reserva constituída com a finalidade de viabilizar a manutenção e ampliação do hospital.

ii) Reserva para Compensação de Perdas – Constituída em 2018 e 2017, por meio de descontos em produção médica decorrente de deliberação em Assembleia, com vistas a compensação de possíveis perdas nos referidos exercícios. Caso não ocorra a possível perda, o valor será colocado à disposição da assembleia no exercício posterior.

iii) Reserva de Resultado – Constituída em 2022, através da transferência da Reserva de Margem de Solvência, decorrente deliberação em AGE (Assembleia Geral Extraordinária) em 27 de dezembro de 2022 com fins de compensação de perdas futuras e contingências.

24. Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde

	2023	2022
Contraprestações Líquidas		
Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido		
Plano Individual	186.226.051	167.888.594
Plano Coletivos por Adesão	11.116.987	9.739.570
Plano Coletivos Empresariais	141.875.735	128.802.749
Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido		
Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde	77.401.015	66.178.817
	416.619.788	372.609.730
Varição da Provisão para Remissão	13.228	23.717
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		
PIS sobre Faturamento	(446.118)	(191.503)
COFINS sobre Faturamento	(2.745.339)	(1.178.482)
ISS sobre Faturamento	-	-
	(3.191.456)	(1.369.985)
	413.441.560	371.263.462

Eventos indenizáveis líquidos

<u>2023</u>	Despesas com Eventos	Recuperação de despesas	Glosas	Líquido
Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido				
Planos Individuais	(182.992.079)	2.491.739	1.577.862	(178.922.478)
Planos Coletivos por Adesão	(36.912.600)	30.130	120.463	(36.762.007)
Planos Coletivos Empresariais	(81.224.795)	396.230	886.812	(79.941.754)
Corresponsabilidade Assumida	(67.539.292)			(67.539.292)
Ressarcimento ao SUS	(419.064)	-	-	(419.064)
	(369.087.830)	2.918.098	2.585.137	(363.584.595)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados				
	939.688	-	-	939.688
	(368.148.142)	2.918.098	2.585.137	(362.644.907)

<u>2022</u>	Despesas com Eventos	Recuperação de despesas	Glosas	Líquido
Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido				
Planos Individuais	(186.829.087)	1.643.805	1.432.406	(183.752.876)
Planos Coletivos por Adesão	(31.201.758)	10.882	103.161	(31.087.716)
Planos Coletivos Empresariais	(66.850.762)	175.391	849.786	(65.825.584)
Corresponsabilidade Assumida	(55.815.668)			(55.815.668)
Ressarcimento ao SUS	(522.537)	-	-	(522.537)
	(341.219.812)	1.830.078	2.385.353	(337.004.381)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados				
	(144.973)	-	-	(144.973)
	(341.364.785)	1.830.078	2.385.353	(337.149.354)

25. Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionada com Planos de Saúde da Operadora

DESCRIÇÃO	2023	2022
Receitas com Prestação de Serviços	31.387.049	33.728.188
Receitas com Operações de Assistência Odontológica	11.254	24.599
Outras Receitas Operacionais		
Procedimento sem Cobertura Contratual	(327)	87.284
Recuperação de Despesas	1.050	2.205
Serviços de Lavanderia	76.069	72.144
Bonificação	221.826	187.988
Outras Receitas (a)	73.432	51.902
	372.050	401.523
TOTAL	31.770.353	34.154.310

26. Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde

DESCRIÇÃO	2023	2022
PIS sobre Faturamento	(152.599)	(119.134)
COFINS sobre Faturamento	(947.912)	(636.799)
ISS sobre Faturamento	(353.092)	(271.239)
TOTAL	(1.453.603)	(1.027.172)

27. Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde

DESCRIÇÃO	2023	2022
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		
Confecção de Carteiras	(10.536)	(27.950)
Serviços Prestados por Terceiros	(613.882)	(891.505)
Cobrança	(28.441)	(54.298)
Amortização sobre Aquisição de Carteira	-	(1.204.301)
Outras Despesas	(2.712.084)	(804.505)
	(3.364.943)	(2.982.558)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(4.563.629)	(2.558.640)
Provisão para Perdas Sobre Créditos de Contraprestações Pecuniárias	(4.436.843)	(6.717.385)
TOTAL	(12.365.415)	(12.258.583)

28. Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionada com Planos de Saúde da Operadora

DESCRIÇÃO	2023	2022
Prestação de Serviços	(18.186.701)	(14.269.433)
Intercâmbio Eventual	(8.734.210)	(12.694.867)
Seguro de Vida/Despesas Médicas (Pareceres)	(179.166)	(162.202)
Serviços Odontológicos	(338.289)	(337.946)
Despesas Médicas Relacionadas a Rede Própria	(76.014)	(55.534)
TOTAL	(27.514.379)	(27.519.982)

29. Despesas Administrativas

	2023	2022
Honorários da Diretoria e do Conselho	(2.298.433)	(2.708.254)
Salários, Ordenados e Encargos Sociais	(13.550.634)	(12.840.502)
Alimentação dos Trabalhadores	(908.407)	(751.693)
Honorários Advocatícios, Auditoria e Consultoria	(4.129.002)	(2.704.104)
Telecomunicações	(143.308,41)	(167.248,12)
Publicidade e Propaganda	(647.799,46)	(940.532)
Impostos, Contribuições e Taxa de Saúde Suplementar	(198.866)	(287.588)
Despesas Judiciais	(1.169.501)	(537.795)
Contribuições e Donativos	(1.557.484)	(1.448.673)
Aluguéis, Água e Energia Elétrica	(618.432)	(140.844)
Combustível	(73.308)	(71.501)
Assistência Médica e Odontológica	(1.493.494)	(4.201.654)
Despesas com Seguradoras	(70.534)	(61.373)
Despesa com Expediente	(285.578)	(214.981)
Honorários de Serviços Técnicos	(3.756.369)	(2.995.696)
Depreciação	(860.847)	(853.411)
Amortização	(623.291)	(486.940)
Limpeza, Manutenção e Reparos	(436.346)	(356.198)
Brindes	(153.461)	(31.542)
Despesas com Locomoção	(421.730)	(329.386)
Outras Despesas Administrativas	(3.038.661)	(1.644.981)
	<u>(36.435.485)</u>	<u>(33.774.894)</u>

30. Resultado Financeiro Líquido

DESCRIÇÃO	2023	2022
Receitas Financeiras		
Receitas de Rendimento sobre Aplicações Financeiras	7.962.467,39	8.539.169,25
Juros por Recebimentos em Atraso	2.203.162	1.039.972
Descontos Obtidos	358.551,82	149.729,36
Outras Receitas Financeiras	26.442	146.144
	10.550.624	9.875.015
Despesas Financeiras		
Despesas com Aplicações Financeiras	-	-
Descontos Concedidos	(1.009.982)	(566.644)
Despesas com Empréstimos e Financiamentos	(5.665.095)	(6.925.536)
Despesas Indedutíveis	(113.260)	(143.895)
Despesa com Impostos e Contribuições s/Contribuições Financeira	(1.100.154)	(15.454)
Juros e Multas	(657.991)	(781.007)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(132.341)	(175.627)
Despesas Bancárias	(640.158)	(693.244)
Outras Despesas Financeiras	(715.464)	(1.061.264)
	(10.034.445)	(10.362.671)
TOTAL	516.178	(487.656)

31. Partes relacionadas

(i) Transações e saldos

As transações realizadas pela Cooperativa com partes relacionadas estão representadas principalmente pelos eventos indenizáveis junto aos seus próprios cooperados, sendo estes eventos remunerados de acordo com a tabela de Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM.

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas no ativo e passivo circulante e, nas Notas 10, 12, 15 e 23, conta corrente com (de) cooperados, investimentos em entidades congêneres, provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais e patrimônio líquido, respectivamente.

(ii) Remuneração dos administradores

O pessoal-chave da administração compreende os membros da diretoria executiva da Cooperativa (presidente, vice-presidente e diretores), conselheiros de administração e conselheiros fiscais. A remuneração paga ao pessoal-chave, por serviços de gestão foi de R\$ 2.298.433,25 em 2023 (R\$ 2.708.254,16 em 2022).

32. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa possuía cobertura de seguros contra riscos diversos para seus imóveis e veículos.

A Cooperativa conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

34. Compartilhamento de Risco – DEMONSTRAÇÕES 2019 – RN nº 446/2019

Informações sobre Corresponsabilidade Cedida e Corresponsabilidade Assumida em 202 e 2022

A Unimed Caruaru Cooperativa de Trabalho Médico, conforme requerido pela RN 430, de 7 de dezembro de 2017, adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde.

A edição da RN nº 435, de 23 de novembro de 2018, possibilitou que a escrituração contábil a partir do exercício de 2019 contemplasse a segregação das despesas com eventos indenizáveis referentes a carteira própria e aos atendimentos por corresponsabilidade assumida, bem como as contraprestações de corresponsabilidade cedida (valor excludente da receita que corresponde aos eventos indenizáveis relativos aos atendimentos prestados por outras operadoras em corresponsabilidade), de acordo com as diversas modalidades de contratação e de preço (preestabelecido ou pós-estabelecido).

A edição da RN 446, de 01 de novembro de 2019, acrescentou o artigo 3º-A e um Capítulo V ao Anexo da RN nº 435, de 2018, que estabelece às operadoras informarem a segregação dos valores contabilizados em 2018 referentes às contraprestações de corresponsabilidade cedida e às despesas assistenciais, respectivamente grupos 31171 e 411X1.

O principal objetivo da segregação de valores é a necessidade de desdobramento de saldos contábeis de 2018 de acordo com a abertura de contas contábeis implantadas a partir de 2019 pela RN nº 435/2018, para subsidiar o cálculo da variação das Despesas Assistenciais - VDA, para apuração do índice máximo de reajuste dos planos de assistência à saúde individuais e familiares, em atendimento à recomendação constante no item 74 da Nota Técnica nº 10/2019/COGIS/SUCIS/SEAE/SEPEC-ME do Ministério da Economia:

- a) Segregação dos saldos contábeis do exercício de 2018 referentes ao grupo 31171 - Contraprestação de Corresponsabilidade Transferida de Assistência Médico Hospitalar, de acordo com o desdobramento contábil para esse grupo implantado a partir de 2019 pela Resolução Normativa nº 435/2018.

- b) segregação dos saldos contábeis do exercício de 2018 referentes ao grupo 411X1 - Despesa com Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência Médico Hospitalar, de acordo com o desdobramento contábil para esse grupo implantado a partir de 2019 pela Resolução Normativa nº 435/2018;

A segregação da escrituração contábil dos lançamentos da corresponsabilidade, para atender o normativo vigente, conforme quadros para demonstrativos:

Contraprestações de corresponsabilidade cedida de assistência Médico-Hospitalar (grupo 31171)	Corresponsabilidade Cedida em preço Preestabelecido		Corresponsabilidade Cedida em Preço Pós-estabelecido	
	2023	2022	2023	2022
1 – Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido				
1.1 – Planos Individual/Familiares antes da Lei	(58.583)	(2.599.365)		
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	(1.123.525)	3.132.897		
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei		(73)		
1.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	(78.829)	(478.778)		
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	(904)	(417.693)		
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	(297.529)	(1.448.441)		
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido				
2.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei				
2.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei				
2.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei				
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei				
Total	(1.559.370)	(1.811.453)		
Eventos/Sinistros conhecidos ou avisados de assistência a saúde médico Hospitalar (grupo 411x1)				
	Carteira Própria (Beneficiários da Operadora)		Corresponsabilidade Assumida (Beneficiários de outras operadoras)	
	2023	2022	2023	2022
1 – Cobertura Assistencial com preço preestabelecido				
1.1 – Planos Individual/Familiares antes da Lei	(6.502.304)	(17.149.174)		
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	(63.574.749)	(131.857.740)		
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	(541.660)	(518.215)		
1.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	(30.470.020)	(29.685.701)		
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	(377.853)	(3.686.132)		
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	(8.173.903)	(53.185.448)		
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido				
2.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei				
2.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei				
2.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei				
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei			(67.539.292)	(55.815.668)
Total	(109.640.491)	(236.082.410)	(67.539.292)	(55.815.668)

Caruaru – PE, 31 de dezembro de 2023

Dr. Pedro Jose de Oliveira Melo
Diretor Presidente

Surama de Oliveira Alves
CRC_ : PE 023833/O6

